



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº 6/98

2ª. REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 1998

7 de Maio de 1998

Os trabalhos foram declarados abertos, pelas 21.30 horas.

Mesa: António Ramos Preto.

Manuel Ferreira Vieira.

Elisabete da Silva Ferreira.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Luis Mira Amaral, a Senhora Dª. Maria Arlete Rodrigues, os Senhores Catolino Pinto e António Quadrado Rego, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: O Senhor Presidente Joaquim Raposo, os Senhores Vereadores João Bernardino, a Senhora Vereadora Judite Pinto, os Senhores Vereadores Carlos Silva, Cumbre Tavares, Fernando Pereira, Miguel Gabriel e Gabriel Oliveira.

### I - ORDEM DE TRABALHOS

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea c) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao **"Relatório de Actividades e Conta de Gerência da C.M.A. do ano de 1997"**;

3 - Apreciação, nos termos da alínea i) do nº.2 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. referente ao **"Estádio José Gomes"**;

4 - Apreciação, nos termos da alínea l) do nº.2 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. referente à **"Cruz Vermelha Portuguesa - Pedido de Isenção de pagamento de taxas municipais"**;

5 - Eleição nos termos da alínea b) dos nºs. 1 e 2 do Artº. 25º. do Dec. Regulamentar nº. 3/88, de 22 de Janeiro, e alínea c) do Artº. 9º. da Portaria 358/76, de 6 de Julho, do **Representante da A.M.A. para os Conselhos Gerais dos Hospitais de D. Estefânia, de Santa Marta, de Santo António dos Capuchos, de Arroios, de Curry Cabral, de S. José, do Desterro, Júlio de Matos, Pulido Valente, do Sanatório Dr. José Maria Antunes Júnior e do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto;**

6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº. 1 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da proposta de **alteração/revisão do Regimento**;

## **II – TOMADA DE POSSE**

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se encontrava na Mesa um pedido de suspensão de mandato, por um período de 40 dias, subscrito pelo Senhor Mário Ventura Henriques, eleito pela CDU.

De seguida, colocou o mesmo à discussão, e não havendo intervenções, colocou-o à votação, sendo aprovado por unanimidade dos 33 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Após a votação, foi dada posse ao Senhor Mário Alves dos Santos Rodrigues, cidadão imediatamente a seguir, do Partido do Membro que pediu a suspensão de mandato (Documento anexo à presente Acta).

## **III -CORRESPONDÊNCIA**

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

## **IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito os Senhores José Rodrigues e Fernando Barão.

O Senhor José Rodrigues, na sua intervenção, procedeu à leitura de um documento sobre as condições dos arruamentos no topo da Avenida Piteira Santos e Rua das Flores (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Fernando Barão, na sua intervenção, falou sobre os critérios que o anterior Executivo da Câmara Municipal teve para a atribuição dos cem mil contos, ao movimento associativo. Perguntou ainda, quais os critérios adoptados para a atribuição de um milhão de contos para a Cultura, e o que a Câmara iria fazer para substituir o Senhor Vereador da Cultura.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Finda estas intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que respondesse às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, falou sobre o asfaltamento do topo da Rua das Flores, dizendo que a empreitada, inicialmente lançada, está a ter alguns problemas, pois será necessário derrubar-se alguns muros para a sua concretização, no entanto, disse, os proprietários já foram notificados nesse sentido. Sobre o movimento associativo, disse que estão a decorrer reuniões, ao nível de todo o Concelho. Por fim, sobre a substituição do Vereador da Cultura, disse que este Pelouro ficará à sua responsabilidade.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este período por encerrado.

### V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Senhor Presidente da Assembleia informou que dera entrada na Mesa uma Moção sobre o Parque Desportivo do Monte da Galega, que foi de imediato lida pelo Senhor Primeiro Secretário.

Após esta leitura, foi a mesma colocada à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 33 Membros presentes.

Colocada à discussão, intervieram os Senhores Armando Paulino, Luis Guarita, João Vieira, Alves Nunes, Rodrigo Gonçalves, João Nascimento, Jaime Garcia, Miguel Reis e Granja da Fonseca.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou a Moção à votação, sendo rejeitada por maioria, com 28 votos contra, 7 votos a favor e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Senhores João Nascimento, João Vieira, Júlio Correia, José Fernandes, Alves Nunes, Marques Pedrosa, António Filipe, José Teodoro, Granja da Fonseca, Manuel Jerónimo, Armando Paulino e Jaime Garcia.



O Senhor João Nascimento, na sua intervenção, procedeu à leitura de uma Declaração Política (Documento anexo à presente Acta), e solicitou que a mesma fosse enviada aos Membros da Assembleia, juntamente com a Acta.

O Senhor Miguel Reis, na sua intervenção, referiu que a Declaração Política era ofensiva, pois imputava-lhes o envolvimento em projectos de duvidosa legalidade e uma prática política que protegia interesses ocultos, solicitando ao Membro da Assembleia que dissesse, na Sessão, quais eram esses interesses ocultos.

O Senhor João Nascimento, voltou a intervir para dizer que a Declaração Política, por ele proferida, não era pessoal, mas sim da sua bancada.

O Senhor João Vieira, na sua intervenção, falou sobre a nota da conferência de imprensa do Senhor Presidente da Câmara, dizendo que continha mais detalhes do que o Relatório da Actividade Municipal.

O Senhor Júlio Correia, na sua intervenção, falou sobre uma notícia de um jornal na qual informava existir na Reboleira uma Delegação do SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras), instalada na Rua D. José I, pelo que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que desmentisse a notícia, pois não existe qualquer Delegação destes serviços no local.

O Senhor José Fernandes, na sua intervenção fez, em nome pessoal, uma Declaração Política (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Alves Nunes, na sua intervenção, falou sobre a Declaração Política apresentada pelo Senhor João Nascimento. Referiu que foi aprovada uma proposta do Ex-Vereador Quadrado Rego, a qual previa a instalação de um parque fixo para a Freguesia da Venteira, perguntando se esta proposta foi ou não avante e se a mesma foi apresentada ao Governo Civil. Falou sobre o subsídio atribuído pelo IPACA (Instituto Português de Apoio ao Audiovisioal), no valor de seis mil contos para aquisição de uma máquina de projectar para os Recreios da Amadora, perguntando se este assunto já foi resolvido. Mencionou um extracto de acta, publicado no Boletim Municipal no qual referia a ocorrência de inundações nas Escolas Seomara da Costa Primo e Francisco Manuel de Melo, na Venteira. Informou que não teve





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

conhecimento daquelas inundações e que os SMAS apresentaram, à Junta de Freguesia da Venteira, a factura da reparação dos colectores, pelo que a mesma foi devolvida aos SMAS, uma vez que as inundações foram provocadas por obras dos próprios SMAS. Por fim, falou sobre os critérios estabelecidos para a atribuição de cem mil contos ao movimento associativo, ao abrigo do PAMA (Programa de Apoio ao Movimento Associativo), dizendo que os critérios estão definidos nesse programa.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, informou que dera entrada na Mesa um Requerimento, apresentado pelo Senhor José Fernandes, da bancada da CDU, solicitando o prolongamento deste período, que foi lido de imediato pelo Senhor Primeiro Secretário.

De seguida, foi o mesmo colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade dos 38 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Marques Pedrosa, na sua intervenção, falou sobre a Declaração Política apresentada pelo Senhor João Nascimento, dizendo que esta não tinha discussão, mas sim protestos.

O Senhor António Filipe, na sua intervenção, falou sobre a imprensa regional, dizendo que no passado esta, através do "Notícias da Amadora", jornal já com quatro décadas de existência, projectou e prestigiou o nome da Cidade, como um símbolo da luta contra a Ditadura, pela Democracia e pela Liberdade de expressão e de informação. No presente, a Amadora pode orgulhar-se dos vários títulos da imprensa regional, referindo que para além dos apoios do Estado também deveriam ter o apoio das Autarquias Locais, pelo que solicitou à Câmara Municipal, informação de quais os critérios de publicação de publicidade institucional e que clarificasse, perante a Assembleia, a política de apoio à imprensa regional da Amadora.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, fez uma Declaração Política, em nome da bancada do PSD.

O Senhor Granja da Fonseca, na sua intervenção, falou sobre as Declarações Políticas proferidas, dizendo não estar de acordo que não houvesse discussão, pelo que na sua maneira de ver poderiam existir intervenções sobre as mesmas.



O Senhor Manuel Jerónimo, na sua intervenção, falou sobre a eventual abertura de um Departamento de apoio ao povo africano, conforme intenção da Câmara, saudando todos os Vereadores que tiveram a iniciativa e pediu informações sobre este assunto.

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção, falou sobre um dos edifícios de Habitação Social, na Rua Jorge de Sena, o qual estava parado, perguntando se a Câmara tinha conhecimento de que despejaram o lixo para a rua e que foi construída uma cabine de iluminação no passeio, o qual havia sido arranjado há pouco tempo. A Rua Jorge de Sena foi asfaltada por duas vezes. As obras nas Ruas Vitorino Nemésio e Mário Sacramento não arrancaram como previsto, pelo que solicitou que a Câmara resolvesse a situação. Por fim, disse que o Fiscal Municipal da Brandoa, nomeadamente dos clandestinos, comunicou-lhe que, desde o ano passado, não tinha meios para actuar, pelo que perguntou se existem ou não meios para que os fiscais possam actuar.

O Senhor Jaime Garcia, na sua intervenção, fez uma Declaração Política.

O Senhor João Nascimento, voltou a intervir para dizer que da parte da CDU não havia ressentimentos, mas sim, e tão só, uma posição política.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que respondesse às questões colocadas pelos Membros da Assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara falou sobre a aprovação camarária de uma proposta tendo em vista a celebração de um protocolo com o Ministério da Administração Interna para a instalação de uma Delegação do CEFA, no Concelho. O Ministério vai efectuar as obras necessárias e pagará uma renda pelo uso das instalações. Sobre o programa de apoio ao movimento associativo, disse que este carece de actualização. As alterações do projecto dos Recreios da Amadora foram aprovadas por unanimidade do Executivo anterior e que brevemente irá realizar-se uma inspecção às instalações, no âmbito dos fundos comunitários. Sobre as obras, nos sete lotes dispersos na Brandoa, referiu que a empresa tem problemas, pelo que o seu re-início será demorado e difícil. Relativamente à falta de meios da Fiscalização Municipal, disse que só deveriam existir duas fiscalizações, em vez de três. O Mercado Levante da Damaia, informou que foi assinado contrato com o Nó Ferroviário, hoje REFER.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

tendo a Câmara recebido cinquenta e cinco mil contos, por uma vez, e setenta e seis mil contos de outra, os quais deveriam ser para a execução das obras no Mercado, no entanto, o Nú Ferroviário decidiu executar as obras. O Mercado só abrirá aquando da conclusão das obras, nomeadamente dos acessos e do estacionamento. A "CREL da Água", informou que foi pedido um Parecer à Câmara relativamente ao traçado, e por sua vez, a Câmara pediu um Parecer ao SMAS, os quais decidiram favoravelmente. A conduta iria atravessar a Rua Elias Garcia, no troço compreendido entre o Parque Delfim Guimarães, a Rua António Feijó e os eixos da Avenida Pedro Álvares Pereira. A sua posição, transmitida à EPAL, foi de que a conduta não poderia passar por aqueles locais. À EPAL interessava este traçado, na medida em que, com a sua alteração, terá de gastar mais dinheiro com a construção de estações elevatórias. A Câmara apresentou várias soluções e neste momento a EPAL já aceitou alterar o traçado inicial, estando a estudar as soluções apresentadas pela Câmara. As propostas apresentadas foram a da passagem pela Avenida Humberto Delgado, em último caso, ou as outras duas que parecem ser mais viáveis, que são a utilização de um canal ao longo do Caminho de Ferro, nas Avenidas Cardoso Lopes e Ultramar, ou na Avenida Gago Coutinho.

Foi dada a palavra ao Senhor João Bernardino, por Delegação de competência do Senhor Presidente da Câmara, para informar que houve um ofício da EPAL, para os SMAS, perguntando qual o seu parecer para o traçado inicial da conduta, tendo sido dado um parecer favorável, o qual foi enviado à Câmara, tendo os Serviços remetido-o para a EPAL, sem que a Câmara se pronunciasse sobre esse traçado.

Foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que falou sobre a Praceta Natália Correia, dizendo que o concurso foi lançado em três de Fevereiro de noventa e sete e que a obra teve início em vinte e nove de Setembro, estando orçada em vinte e três mil contos. Contudo, neste orçamento não estavam previstos um conjunto de alterações, nomeadamente o movimento de terras, o revestimento dos pisos e a iluminação. A obra foi suspensa em Dezembro do mesmo ano, pelo que não foi ele que mandou suspender os trabalhos, pois ainda não tinha tomado posse. Neste momento, o projecto está a ser analisado, tendo em vista a sua alteração. Na Avenida Eduardo Jorge, a obra foi suspensa em Dezembro do mesmo ano e o seu re-início deu-se em Fevereiro deste ano, já com o novo Executivo. Ocorreram duas situações que fizeram atrasar a obra, sendo uma dos SMAS, os quais garantiram que não iriam



intervir no local, mas tiveram de colocar um colector, e ainda por não se ter conhecimento da existência de uma conduta, com setecentos milímetros, o que obrigou a um reforço do pavimento. Actualmente, obra encontra-se quase terminada. Na Estrada dos Salgados, os terrenos ainda não haviam sido cedidos pelo Património do Estado, razão da não execução da obra, tendo sido elaborado novo projecto tendo em vista o alargamento das faixas de rodagem, passeios, drenagem de águas, pistas para bicicletas e o reforço da iluminação, os quais não constavam do projecto inicial. A Biblioteca Municipal, disse estar-se a fazer uma avaliação de um terreno, ao lado da Casa Aprígio Gomes para ali ser construída a nova Biblioteca. O Centro Nacional de Banda Desenhada, disse que existem instalações, na Avenida do Brasil, as quais irão ser adaptadas para esse efeito. Sobre os parques de estacionamento, disse ter recebido propostas de alguns empresários para a sua construção. O túnel do Alto Maduro, disse estar-se a fazer um levantamento das condições do terreno, e que em devido tempo, será levado à Câmara um projecto para ser aprovado. Os Centros de Saúde, disse que a sua construção terá de ser feita através de concurso público. No caso do Centro de Saúde da Damaia, disse, já foi lançado, estando já previstas a construções dos Centros do Borel, de S. Brás, Reboleira e Alfragide, mas o seu protocolo só será feito quando tiver início a construção do Centro da Damaia. O Tribunal da Comarca da Amadora, disse que é uma questão antiga e, proximamente, irá levar a reunião de Câmara a proposta de cedência de um terreno no Borel, tendo em vista a sua construção. O Ministério está disponível para instalar provisoriamente o Tribunal na Cidade, até que esteja construído o edifício. A Câmara já encontrou um edifício disponível para esse efeito, o qual agradou ao Tribunal. Esse edifício encontra-se situado na Estrada Militar, junto à Estação da Damaia, ou seja, o antigo arquivo da Segurança Social. Falou sobre as expropriações, dizendo que a Câmara terá de recorrer à banca ou entregar algum património do Município, para esse efeito. Por fim, falou sobre a questão da imprensa regional, informando ir responder por escrito sobre a situação.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este período por encerrado.

## **VI - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS**

2 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea c), do nº. 2, do Artº. 39º., do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 18/91, de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

12 de Junho, da deliberação da CMA relativa ao *“Relatório de Actividades e Conta de Gerência do CMA do ano de 1997”*

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido, no dia 22/4/98, para analisar esta matéria, tendo emitido um Parecer, que foi lido pelo Senhor Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que procedesse à introdução formal dos documentos.

Intervieram na sua discussão os Senhores Alves Nunes, João Vieira, António Filipe, António Andrade Silva e José Teodoro.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia informou que os dois documentos seriam votados em separado, tendo de imediato colocado o Relatório de Actividades à votação, sendo aprovado por maioria, com 17 votos a favor, 1 voto contra e 17 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Seguidamente, colocou a Conta de Gerência à votação, sendo aprovada por maioria, com 17 votos a favor, 1 voto contra e 17 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Finda a votação, foram feitas Declarações de Voto pelos Senhores Alves Nunes, pela Bancada da CDU, e Ilídio Nobre em nome da Bancada do PS (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, as deliberações foram tomadas em minuta.

O Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia, informou que havia dado entrada na Mesa uma Proposta, apresentada pela Bancada da CDU, propondo a suspensão dos trabalhos devido ao adiantado da hora, a qual foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário.

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 32 Membros presentes.



Colocada a proposta à discussão, intervieram os Senhores João Vieira, José Teodoro e João Nascimento.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta colocada à votação, sendo aprovada por maioria com 31 votos a favor e 1 voto contra (Documento anexo à presente Acta).

Finda a votação o Senhor Presidente da Assembleia deu a Reunião por encerrada, pelas 01.10 horas.

João Ferreira  
Isabel Ferreira